



Interpelação Oral

Atendendo ao desenvolvimento social de Macau, são cada vez mais as necessidades dos residentes em relação aos serviços sociais, e os diversos tipos de serviços sociais desempenham um papel importante para o desenvolvimento global da RAEM. Este sector tem vindo ao longo de muito tempo a deparar-se com falta de mão-de-obra, insuficiência de recursos, etc., esperando conseguir ser alvo de atenção do Governo.

Os recursos para o funcionamento das associações cívicas de serviço social provêm principalmente de subsídios do Governo. Para salvaguardar a qualidade dos serviços sociais, e tendo em conta as necessidades do desenvolvimento, as autoridades lançaram em Julho de 2015 um novo regime de apoio financeiro, para dar resposta às exigências antigas do sector. Mas, quando as instituições sociais concretizaram este novo regime, detectaram muitas insuficiências. No início, referiu-se que a parte da contabilidade, as regalias do pessoal, as acções de formação, as rendas das instalações de prestação de serviços e as despesas de administração, etc. seriam incluídas na segunda fase do apoio financeiro, só que até ao momento não há nenhuma notícia sobre isso. Com o novo regime de apoio financeiro implementado em 2015, o âmbito de financiamento foi alargado, mas, na realidade, o salário dos trabalhadores da área dos serviços sociais não sofreu aumento, nem nenhuma actualização, e, basicamente, nos últimos dois anos vive-se uma situação de



“congelamento” e as instituições sociais cívicas dificilmente conseguem reter talentos profissionais. Com as transformações do ambiente social e do mercado laboral, e o aumento contínuo dos custos operacionais, são cada vez mais as dificuldades das associações cívicas de serviço social, pois têm de salvaguardar a qualidade dos serviços e de prestar novas modalidades de serviço.

Mais, no passado, os serviços sociais funcionavam principalmente sob o modelo de “serviços sociais prestados por instituições cívicas e financiadas pelo Governo”. Nos últimos anos, o Governo arrancou com novas modalidades de serviços sociais e os serviços aumentaram, sem no entanto se ter registado um aumento do número de profissionais desta área. O Governo tem vindo a competir com as instituições sociais cívicas na procura de talentos, o que não é benéfico para o elevar da qualidade dos serviços sociais. Quanto ao futuro rumo de desenvolvimento dos serviços sociais de Macau, o Governo dispõe de uma nova política? Que papel desempenham as instituições cívicas e o Governo na área dos serviços sociais?

Face ao exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Atendendo às transformações do ambiente social e do mercado laboral, e ao aumento contínuo dos custos operacionais, o Governo deve estudar e rever o novo regime de financiamento implementado há dois anos; elevar as



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

garantias do pessoal e a qualidade dos serviços das associações cívicas de serviço social, e reforçar o respectivo desenvolvimento. Vai fazê-lo? De que propostas dispõe o Governo para a segunda fase do apoio financeiro?

2. Na resposta a uma questão minha, o Secretário afirmou que ia definir o regime das carreiras dos assistentes sociais. Ao definir este regime, o Governo deve então ponderar a criação de mecanismos de promoção e de garantia de salários e regalias; a definição de regimes de carreiras para os outros tipos de trabalhadores dos serviços sociais, e o aperfeiçoamento dos seus planos de vida profissional e das garantias de aposentação. Vai fazê-lo? Qual é o ponto de situação dos respectivos trabalhos?

3. Em prol do desenvolvimento dos serviços sociais de Macau, qual vai ser o rumo a seguir? Em prol da complementaridade mútua de vantagens e cooperação para a obtenção de benefícios e ganhos mútuos, como é que o Governo vai conjugar os seus recursos e os das instituições cívicas com o rumo de desenvolvimento?

24 de Janeiro de 2018

A Deputada à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,
Chan Hong